

## ASPECTOS PSICOLÓGICOS EM CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Rute Grossi<sup>1</sup>  
Luzia Ivonete Zampoli Partala<sup>2</sup>  
Cristiane Rocha Kaminski<sup>3</sup>

**RESUMO:** A violência contra a criança é um tema que passou a ser bastante discutido a partir da década de 90, com a criação da Lei Federal 8069 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Até essa época, havia pouca preocupação em relação à criança e ao adolescente, que ainda não eram vistos como sujeitos de direitos. A violência doméstica traz sérias conseqüências ao desenvolvimento infantil e, em casos graves, a criança é separada da família, sendo encaminhada judicialmente para um abrigo ou outro órgão assistencial. Entretanto, o afastamento dos pais e o rompimento dos vínculos familiares podem tornar ainda maior o sofrimento dessas crianças. O presente estudo busca caracterizar, em relação aos aspectos emocional e comportamental, crianças de 6 a 12 anos institucionalizadas por motivo de violência doméstica. Com os resultados finais espera-se contribuir para maior esclarecimento acerca da saúde mental de crianças institucionalizadas, bem como para a elaboração de estratégias preventivas e qualificação dos profissionais que atuam com essa clientela, visando à melhoria da qualidade de vida das crianças e de sua rede social. Foram identificadas seis crianças abrigadas em uma instituição do Município de Maringá, encaminhadas por motivo de violência doméstica. Para a coleta dos dados foram entrevistadas as funcionárias que realizam atendimento direto às crianças, empregando-se um roteiro de entrevista semi-estruturado, onde se buscou identificar a modalidade da violência sofrida, a situação atual em relação à adaptação e ao relacionamento com as pessoas que trabalham na instituição. Em seguida, aplicou-se a Escala Comportamental Infantil A2 de Rutter, adaptada por Graminha (1994). Pôde-se verificar que entre essas crianças, duas apresentaram traços neuróticos e uma traços anti-sociais. Três das crianças estudadas revelaram necessidade de um tratamento psicológico ou psiquiátrico. Com relação à modalidade de violência sofrida, a maioria das crianças foi encaminhada ao abrigo devido a abandono, à violência psicológica e à negligência dos pais. De maneira geral, as crianças em questão apresentaram uma constituição da estrutura e dinâmica familiar fragilizada por vários fatores, entre eles, sociais, afetivos e econômicos. É fundamental a criação de programas de atendimento multidisciplinar que atuem em conjunto com os abrigos, buscando a promoção da saúde mental da criança e a sua reinserção na família, representando novas possibilidades na busca pela garantia dos direitos fundamentais da infância.

**PALAVRAS-CHAVE:** violência doméstica; crianças institucionalizadas, desenvolvimento infantil.

## PSYCHOLOGICAL ASPECTS OF INSTITUTIONALIZED CHILDREN VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE

**ABSTRACT:** Violence against children is a theme that has been extensively discussed since the 90's with the passing of the Federal Law 8069 – Children and Adolescent Statute (ECA). Up to that time, there was very little concern in relation to children and adolescents, who were not yet seen as subjects to rights. Domestic violence brings serious consequences to child development, and in more serious cases, the child is separated from the family and judiciously taken to a government shelter or another assistance organ. However, the separation from parents and the breakage of family ties may increase these children suffering even further. The present study tries to characterize, in relation to emotional and behavioral aspects, children between 6 and 12 years old who were institutionalized due to domestic violence. With the final result, we hope to contribute to a greater understanding about institutionalized children mental health, as well as for the elaboration of preventive strategies and qualification of professionals that work with this group, with the objective of improving the children's life quality and their social network. It was identified six children that were sheltered in an institution in the city of Maringá that had been referred due to domestic violence. Data collection was carried out by interviewing the staff directly involved in seeing to these children, in which a semi-structured interview protocol was used that tried to identify the type of violence suffered, their present situation in relation to their adaptation and relationship with the people that work in the institution. After that, Rutter's Infantile Behavior Scale A2 adapted by Graminha(1984) was applied. It was possible to

<sup>1</sup> Docente do Curso de Psicologia do CESUMAR - Centro Universitário de Maringá

<sup>2</sup> Bolsista do Programa de Bolsa de Iniciação Científica/ CESUMAR-PROBIC, acadêmica do curso de Psicologia

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia do CESUMAR

verify that among these children, two presented neurotic traces and one presented anti-social traces. However, three of the children studied showed the necessity for psychological or psychiatric treatment. In relation to the type of violence suffered, the majority of the children were referred to the shelter due to abandon, psychological violence and parents' negligence. In general, the children in question presented a family structure and dynamics weakened by many factors, among which, social, affective and economical. It is fundamental the creation of multidisciplinary supporting programs that would work with the shelters, aiming at the promotion of the children's mental health and their reinsertion in the family, which may represent new possibilities in the effort to guarantee children's fundamental rights.

**KEYWORDS:** Domestic violence; institutionalized children; children's development.

## INTRODUÇÃO

A violência contra a criança e o adolescente é um tema que passou a ser bastante discutido na década de 90, com a criação da Lei Federal 8069 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Até essa época, a criança e o adolescente ainda não eram vistos como sujeito de direitos, representavam apenas uma questão assistencial ou filantrópica.

Nos últimos anos, a infância brasileira alcançou várias conquistas no plano das condições de vida e da promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente. Entretanto, ainda existem muitos desafios que o país precisa enfrentar, dentre eles, a violência doméstica demonstra ser uma questão que merece cuidado especial. A literatura nacional é escassa nesta área e poucas são as instituições e profissionais capacitados para, na prática, lidar com esse tipo de violação.

Segundo GUERRA (1998), a violência doméstica apresenta relação com a violência estrutural (violência entre classes sociais, inerente ao modo de produção das sociedades desiguais), apresentando, também, outros determinantes. Permeia todas as classes sociais como violência de natureza interpessoal.

GUERRA acrescenta ainda que a violência doméstica contra a criança e o adolescente pode ser entendida como:

1. uma violência interpessoal;
2. um abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis;
3. um processo de vitimização, que pode se prolongar por anos;
4. um processo de imposição de maus-tratos à vítima, que o reduz a completa condição de objeto e sujeição;
5. uma forma de violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente como pessoas e, uma negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança;
6. uma violação que tem na família sua

ecologia privilegiada, já que esta pertence à esfera do privado; a violência doméstica acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, existem quatro tipos de violência doméstica: violência física, violência psicológica, negligência e violência sexual, que significam:

“Violência física: Uso da força ou atos de omissão praticados pelos pais ou responsáveis, com o objetivo claro ou não de ferir, deixando ou não marcas evidentes. São comuns murros e tapas, agressões com diversos objetos e queimaduras causadas por objetos ou líquidos quentes.

Violência psicológica: Rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito e punições exageradas são formas comuns desse tipo de agressão, que não deixa marcas visíveis, mas marca por toda a vida.

Negligência: Ato de omissão do responsável pela criança ou adolescente em prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento.

Violência sexual: Abuso de poder no qual a criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto, sendo induzida ou forçada a práticas sexuais com ou sem violência física” (ABRAPIA, p.1, 2001).

A violência doméstica é um tema bastante polêmico porque envolve várias situações, entre elas a cumplicidade da vítima com o agressor e demais pessoas envolvidas, assim como a aceitação da própria vítima de que a agressão é uma forma de castigo pelo seu mau comportamento (GUERRA, 1993; FERREIRA e SCHRAMM, 2000).

DALLALANA e FREITAS (1998) afirmam que a violência doméstica praticada no seio da família onde a criança está inserida pode advir de muitos fatores internos ou externos ao indivíduo. A seguir, relacionamos alguns sinalizadores de risco mais comuns no contexto familiar:

histórico de violência psicológica e de abuso físico ou sexual na infância e na adolescência; dependência de álcool e drogas por parte dos responsáveis; distúrbios conjugais recorrentes, dificuldades dos responsáveis em assumir as funções materna e paterna, desapego nas relações familiares; estresse por experiências traumáticas vivenciadas na vida familiar e individual, como, por exemplo: morte de um membro da família, desemprego, mudança de cidade, impacto de doença crônica no meio ambiente familiar.

Segundo GREAVES, HEAPY e WYLIE (apud KEARNEY, 1999), a violência doméstica é um assunto social que aflige as pessoas de todas as categorias socioeconômicas, sendo que as crianças empobrecidas têm menos meios para escapar de seu impacto. Essas crianças geralmente residem em pequenas moradias, tornando mais provável a experimentação da violência de forma muito próxima, num momento em que lhes faltam os recursos para encontrar ajuda ou buscar refúgio.

SILVEIRA, FALCKE e WAGNER (2000) destacam que as famílias de baixa renda tendem a ser afetadas por fatores sociais multiproblemáticos, o que pode gerar uma associação de vulnerabilidade emocional, social e de saúde, que se manifesta através de psicopatologias, comportamentos anti-sociais e doenças psicossomáticas.

Estudos mostram que a violência doméstica afeta a criança emocional, social e fisicamente. SZYNDROWSKI (1999) apresenta algumas características que podem ser observadas em crianças que testemunham violência doméstica:

- padrões de agressividade geral;
- padrões de extrema obediência e medo intenso;
- auto-estima baixa;
- medo e desconfiança nas relações íntimas;
- culpa por ter escapado do castigo e medo extremo do futuro;
- reclamações psicossomáticas e;
- problemas relativos à autoridade.

Foi considerando essas conseqüências da violência doméstica ao desenvolvimento infantil, que o ECA estabeleceu a colocação temporária de crianças e adolescentes em abrigos em casos graves de omissão, falta ou abuso dos pais ou responsável legal, mediante determinação da autoridade competente.

Entretanto, o afastamento dos pais e o rompimento dos vínculos familiares podem tornar ainda maior o sofrimento dessas crianças. Assim, o artigo 92 do ECA determina que os abrigos devem adotar os seguintes princípios: preservação dos vínculos familiares, integração em família substituta, atendimento personalizado, desenvolvimento de atividades de forma educativa, não-desmembramento de grupos de irmãos, participação da

vida da comunidade local e preparação para futura saída da instituição como forma de minimizar os efeitos prejudiciais da institucionalização. Assim, os abrigos constituem-se em um recurso para o atendimento à criança em risco e compõem a rede de apoio social.

Para DELL'AGLIO (2000), a rede de apoio social tem sido considerada como um fator fundamental para o desenvolvimento da criança, especialmente nos níveis de adaptação a situações de estresse e de suscetibilidade a distúrbios físicos e emocionais. Os recursos sociais envolvem toda a rede de apoio disponível ao indivíduo, no seu meio social, incluindo sua família, escola, instituições com as quais tem contato, entre outras.

Segundo BRONFENBRENNER (1996), as redes sociais permitem o estabelecimento de novos vínculos dessa forma, desempenham funções importantes no desenvolvimento, proporcionando um canal indireto para comunicação e servindo como canais de transmissão de informações a respeito de um ambiente para outro. A rede social permite ao sujeito um efeito desenvolvimental positivo na medida em que possibilita a participação em múltiplos ambientes, com características culturais diferentes.

A rede social abrange as relações do indivíduo, ou seja, os conjuntos mais vastos, que incluem os grupos informais amplos, os subgrupos culturais e os contextos econômicos, culturais, políticos e sociais em constante evolução. A rede social pessoal é conceituada como o conjunto daqueles que interagem em sua realidade social cotidiana, e que são, a princípio, acessíveis de maneira direta ou indireta ao contato personalizado (GRASSANO e HOLZMANN, 2002).

Para as autoras, somente quando o indivíduo integra-se em um sistema maior de relações que ele pode desenvolver o sentimento de "pertencer" e, quanto mais pertence, mais se diferencia e se torna autônomo, mais desenvolve o sentimento de "ser".

Para DELL'AGLIO (2000), na infância a rede de apoio mais próxima da criança é a família. O contexto familiar tem sido identificado como importante fator protetivo, já que o apoio familiar durante situações de estresse pode ajudar as crianças a manterem um senso de estabilidade e rotina frente a mudanças (HERMAN-STAHL e PETERSEN, apud DELL'AGLIO, 2000). HERMAN-STAHL e PETERSEN; LOHMAN e JARVIS (apud DELL'AGLIO, 2000) enfatizam que a presença de características na família como afeto, intimidade e comunicação, tem sido associada ao bem-estar das crianças, à utilização de estratégias de *coping* adaptativas e a índices menores de estresse psicológico.

Mas no que consistem as estratégias de *coping*? LAZARUS e FOLKMAN (apud PEREIRA, 2001) definem *coping* como um conjunto de esforços, cognitivos e comportamentais, utilizado pelos indivíduos com o objetivo

de lidar com demandas específicas, internas ou externas, que surgem em situações de estresse e são avaliadas como sobrecarregando ou excedendo seus recursos pessoais. Segundo PEREIRA (2001), o modelo de Folkman e Lazarus envolve quatro elementos principais: (a) *coping* que se constitui em um processo ou uma interação que se dá entre o indivíduo e o ambiente; (b) sua função é de administração da situação estressora, ao invés de controle ou domínio da mesma; (c) os processos de *coping* pressupõem a noção de avaliação, ou seja, como o fenômeno é percebido, interpretado e cognitivamente representado na mente do indivíduo; (d) o processo de *coping* constitui-se em uma mobilização de esforços cognitivos e comportamentais empregados pelo indivíduo para administrar (reduzir, minimizar ou tolerar) as demandas internas ou externas que surgem da sua interação com o ambiente. Assim, as ações, comportamentos ou pensamentos usados para lidar com um estressor têm sido denominados como estratégias de *coping*.

Para SLUZKI (apud GRASSANO e HOLZMANN, 2002), a rede social pessoal abrange as funções de companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e de conselho, regulação social, ajuda material e acesso a novos contatos.

Essas funções podem ser cumpridas pela família. WILLS, BLECHMAN e MCNAMARA (apud DELL'AGLIO, 2000) definem o apoio familiar a partir de um modelo funcional de apoio social, onde os relacionamentos interpessoais aumentam a adaptação do indivíduo através da provisão de apoio emocional, instrumental e de informações. O apoio emocional refere-se à disponibilidade de uma pessoa com quem a criança ou adolescente possa discutir seus problemas, confiar sentimentos e aborrecimentos; o apoio instrumental considera a ajuda e assistência em tarefas, como trabalhos escolares, transporte, assistência financeira; e o apoio através de informações se refere à disponibilidade de avisos, orientações e informações sobre os recursos da comunidade. O apoio familiar traz efeitos benéficos para as crianças em todos os níveis socio-econômicos. No entanto, a habilidade dos pais em prover esse apoio não é sempre igual, sendo que em famílias com problemas sociais, econômicos e emocionais há uma redução desta capacidade.

BRONFENBRENNER (1996) alerta que uma instituição, mesmo que ofereça às crianças um meio ambiente estimulador e humano, é incapaz de proporcionar um equivalente funcional de uma família para cada um de seus residentes, por isso tende a produzir alguns efeitos nocivos residuais na vida ulterior. Entretanto, DELL'AGLIO (2000) ressalta que alguns autores apontam evidências de que, em certos lares, o meio ambiente físico e social é tão

empobrecido e caótico que a colocação numa instituição tende a contribuir para o início de um período de recuperação e crescimento psicológico na criança.

Segundo FOLEY apud DELL'AGLIO (2000), as instituições sociais de atendimento a crianças têm sido consideradas como locais onde há um mundo muito diferente daquele ao qual as crianças estão acostumadas e contêm muitas restrições impostas pelos adultos, muitas das quais não fazem sentido para elas. Para DELL'AGLIO (2000), muitas vezes, nestas instituições, a autoridade adulta é freqüentemente usada para manipular as crianças ou dirigi-las para caminhos não escolhidos ou entendidos por elas. Entretanto, esse contato com adultos é necessário ao processo de desenvolvimento, consistindo em uma parte da integração ao mundo.

Considerando o impacto da violência doméstica sobre o desenvolvimento infantil, bem como o sofrimento que pode ser gerado com o afastamento da família e colocação da criança em um abrigo, procedeu-se à realização desta pesquisa, que teve como objetivo caracterizar, em relação aos aspectos emocional e comportamental, crianças de 6 a 12 anos, institucionalizadas por motivo de violência doméstica.

Através deste estudo, buscou-se contribuir para um maior esclarecimento acerca da saúde mental de crianças institucionalizadas em função da violência doméstica, o que é fundamental na elaboração de estratégias preventivas que visem à qualidade de vida dessas crianças.

## METODOLOGIA

Foram entrevistadas três atendentes de um abrigo provisório do município de Maringá. Essas colaboradoras realizam atendimento direto a crianças afastadas da família, sendo responsáveis em prestar cuidados em relação à saúde, higiene pessoal, alimentação e educação.

Solicitou-se às atendentes que fornecessem informações referentes aos aspectos comportamentais e à adaptação de seis crianças, entre seis a doze anos, abrigadas na instituição por motivo de violência doméstica.

Para a realização da coleta de dados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e aplicação da Escala Comportamental Infantil A2 de Rutter, com as atendentes responsáveis pelas crianças. A entrevista foi elaborada a fim de realizar um levantamento sobre o tempo de institucionalização, modalidade de violência sofrida, a situação atual em relação à adaptação e ao relacionamento com as pessoas que trabalham na instituição (Apêndice 1).

Posteriormente, foi aplicada a Escala Comportamental Infantil A2 de Rutter (ECI), padronizada para escolares de Ribeirão Preto por Graminha (1994). Essa escala inclui 36 itens, fornecendo escore global e escores

parciais, relativos a problemas de saúde (8 itens), hábitos (7 itens) e comportamento (21 itens).

Os dados da ECI foram codificados de acordo com as normas de Graminha (1994). Quanto ao escore global foi considerada a proposição de Graminha e Coelho (1994) para Ribeirão Preto, relativa à nota de ponto de corte (escore >16) como indicativa da necessidade de encaminhamento para atendimento psicológico.

## Procedimentos

Foi realizado um primeiro contato com a instituição, com a finalidade de apresentar os objetivos da pesquisa e obter a autorização para a sua realização. Também foi elaborado um termo de compromisso, através do qual as pesquisadoras asseguraram o sigilo em relação às informações obtidas sobre as crianças, os funcionários e a instituição.

Após o consentimento da instituição e das atendentes em participar da pesquisa, foi realizado um levantamento das crianças abrigadas que apresentavam o perfil estabelecido em relação à idade e histórico de violência familiar. Foram identificadas seis crianças na faixa etária entre 6 a 12 anos, abrigadas por motivo de violência doméstica, no período da coleta de dados, que ocorreu em fevereiro de 2003. Em seguida, realizou-se a entrevista semi-estruturada e a aplicação da Escala Comportamental Infantil A2 de Rutter junto às atendentes. Todas as entrevistas e a aplicação da Escala Comportamental Infantil A2 de Rutter, foram realizadas na própria Instituição, de acordo com os horários pré-determinados pelas atendentes entrevistadas. Os dados foram tabulados e analisados segundo referencial teórico.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir são apresentados os resultados desta pesquisa, que teve por objetivo caracterizar o comportamento da criança no ambiente institucional, buscando identificar indicadores sobre a saúde mental da criança abrigada por motivo de violência doméstica.

As características das crianças que foram alvo desta pesquisa em relação à idade, ao gênero, ao tempo de permanência na instituição e à escolaridade podem ser visualizadas no Quadro 1.

**Quadro 1:** Caracterização das crianças institucionalizadas por motivo de violência doméstica, segundo idade, gênero, tempo de permanência na instituição e escolaridade.

Criança	Idade	Sexo	Tempo na instituição	Escolaridade
01	11 anos	F	5 meses	3ª série Ens. Fundamental
02	7 anos	F	7 meses	1ª série Ens. Fundamental
03	6 anos	M	3 anos	APAE
04	7 anos	M	6 meses	1ª série Ens. Fundamental
05	11 anos	M	11 anos	Sala Especial
06	11 anos	F	11 anos	Sala Especial

Além dos dados das crianças informados pelas atendentes, pôde-se obter algumas informações a respeito das famílias dessas crianças.

Entre as crianças pesquisadas encontram-se dois irmãos gêmeos, os quais são os únicos a receber a visita da mãe; estão há 11 anos no abrigo. A mãe prefere deixá-los na instituição, pois, que segundo informação recebida, “assim eles estão fora de perigo”; este perigo seriam as condições socioeconômicas. Duas das crianças recebem a visita do pai que tenta reaver a guarda de seu filho; a mãe está desaparecida. Duas não recebem visitas e aguardam por adoção; uma dessas crianças já foi adotada uma vez, permanecendo seis meses com a família adotiva, mas o casal desistiu da criança e ela foi encaminhada novamente ao abrigo.

Pôde-se observar que o tempo de permanência na instituição variou entre cinco meses e onze anos, sendo que duas das crianças pesquisadas encontravam-se abrigadas desde bebês (11 anos). Questões como a longa espera pela adoção, as tentativas de adoção mal sucedidas e os longos períodos de afastamento da família devem servir como base para um questionamento por parte dos órgãos responsáveis e por toda a sociedade, no que se refere à funcionalidade dos programas de atendimento à criança em risco, já que este é problema que pode trazer conseqüências à saúde da criança.

Todas as crianças apresentam como modalidade de violência sofrida a negligência, que, segundo GUERRA (1998) representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescentes. Caracteriza-se quando os pais ou responsáveis falham em termos de alimentar, vestir adequadamente seus filhos. Na pesquisa observou-se que essas famílias encontram-se em situações de vulnerabilidade, pois envolvem fatores socioeconômicos e transtornos relacionados à ingestão de substâncias, como álcool e outras drogas, dificultando para elas a promoção de condições básicas para o desenvolvimento satisfatório da criança.

Pôde-se constatar pelo relato das atendentes que todas as crianças mantinham um bom relacionamento interpessoal com suas cuidadoras e com as crianças abrigadas na instituição, havendo uma boa convivência entre eles e amizade. Segundo CÓRIA-SABINI (1993), a partir dos seis anos de idade, aparece na criança a necessidade de amizades duradouras e da convivência com companheiros.

À medida que ela se torna mais velha, essa necessidade se intensifica. A incorporação de valores grupais e os sentimentos de orgulho, de lealdade e solidariedade tornam-se impulsos poderosos neste estágio.

PIAGET (apud WADSWORTH 1997) considerou importantes as relações sociais entre as crianças para o desenvolvimento afetivo e intelectual. É em torno dos sete ou oito anos que ocorre o progresso sistemático da cooperação. A cooperação torna-se possivelmente real quando as relações infantis ocorrem entre iguais. Na interação com os colegas, os problemas que surgem são resolvidos entre eles e se baseiam gradativamente no respeito mútuo (cooperação). Pôde-se observar na pesquisa, segundo o relato das atendentes, que todas as crianças ajudam umas as outras e interagem de forma positiva.

Somente duas crianças apresentaram comportamento adaptativo ruim, com agressividade, irritação, tristeza e inicialmente dificuldades de relacionamento com a mãe substituta e com as demais crianças. Isto pode ser explicado pelas condições estressantes que elas vivenciaram e pelo brusco afastamento da família, que pode trazer sérias conseqüências à adaptação à Instituição e ao seu desenvolvimento, já que pode gerar na criança pressões que para elas são difíceis de serem suportadas. Segundo CÓRIA-SABINI (1993), a criança nesta fase não é ainda capaz de resistir às pressões externas.

Quando a criança não pode mais contar com as figuras significativas de pai e mãe com as quais estabeleceu suas primeiras relações sociais pode ser muito difícil o processo de adaptação ao novo contexto que lhe é apresentado. No abrigo, a criança terá o desafio de construir novas relações sociais. Daí a importância de a criança poder contar com um meio ambiente estimulador e humano na instituição.

Para DELL'AGLIO (2000), a rede de apoio social tem sido considerada como fator fundamental para o desenvolvimento da criança, especialmente nos níveis de adaptação a situações de estresse e de suscetibilidade a distúrbios físicos e emocionais. Os recursos sociais envolvem toda a rede apoio disponível ao indivíduo, no seu meio social, incluindo sua família, escola, instituições com as quais têm contato, entre outras.

Considerando a complexidade envolvida no processo de adaptação da criança à instituição, investigaram aspectos comportamentais e emocionais da criança abrigada, com a finalidade de identificar indicadores de saúde mental da criança. Assim, aplicou-se a Escala Comportamental Infantil A2 de Rutter, cujos resultados são apresentados na Quadro 2:

**Quadro 2:** Escores relativos aos indicadores comportamentais da criança abrigada

Criança	Desordem Neurótica	Desordem Anti-social	Escore Total
01	05	0	27
02	04	0	19
03	02	01	14
04	02	0	16
05	01	05	20
06	01	01	13

Os resultados, analisados segundo a proposição de Graminha e Coelho (1994), permitiram identificar três crianças com escore total acima de 16, o que indica a necessidade de ajuda psicológica ou psiquiátrica a essas crianças. Estes dados sugerem que deveriam ser desenvolvidas outras estratégias paralelas ao trabalho realizado pelo abrigo, como, por exemplo, o atendimento multiprofissional, visando a uma melhor qualidade de vida para essas crianças.

Foram analisados também indicadores de desordem emocional. As normas elaboradas por Graminha e Coelho (1994) classificam as crianças com um escore neurótico que excede o escore anti-social como "neuróticas" e aquelas com um escore anti-social excedendo o escore neurótico como "antisociais". As crianças com subescores neurótico e anti-social iguais permanecem indiferenciadas.

Entre essas crianças, duas apresentaram subescore neurótico maior que o subescore antisocial, indicando uma desordem neurótica. QUILES (1986) lembra que a neurose se caracteriza pela presença de sintomas manifestados através da conduta, ligados aos sentimentos e às idéias, que exprimem de maneira disfarçada o conflito inconsciente, sendo, ao mesmo tempo, uma defesa contra a angústia. Na pesquisa, pôde-se observar essa desordem neurótica através de alguns indicadores, como transtorno de sono, preocupação com tudo, queixas psicossomáticas, medo, baixa auto-estima e desconfiança, essas crianças foram consideradas "muito particulares", pelas atendentes entrevistadas.

Uma das crianças pesquisadas apresentou subescore anti-social excedente ao subescore neurótico, o que indica uma desordem anti-social, manifestada pela destrutividade ROTONDARO (2002). Para WINNICOTT (apud ROTONDARO 2002), na destrutividade a criança busca a quantidade de estabilidade ambiental que poderá suportar a tensão que decorre de um comportamento impulsivo. A criança provoca reações ambientais totais como alguém que está procurando o corpo da mãe, os braços da mãe. Segundo ROTONDARO (2002), a criança que recorre ao comportamento anti-social está sinalizando ao ambiente sua demanda por um cuidado que supra suas necessidades afetivas.

ROTONDARO (2002) sinaliza que as crianças que vivem nos abrigos, de modo geral, tiveram situações de maternagem desfavoráveis, o que exige o emprego de mecanismo de defesa específicos para lidarem com o abandono. Assim, para lidar com o sentimento de abandono e desproteção, as crianças podem desenvolver comportamentos anti-sociais ou desenvolver estruturas de personalidade do tipo “falso self”. Na presente pesquisa, foi possível verificar que as crianças abrigadas passaram por situações de vida desfavoráveis, como: abandono e desproteção, pobreza, transtornos relacionados à dependência química dos pais, afastamento da família para colocação em abrigo, sugerindo situações propícias ao desenvolvimento de psicopatologias.

Frente a esses resultados e às discussões realizadas, observa-se a relevância do trabalho do profissional de Psicologia, bem como de outros profissionais especializados, que atuem em conjunto com os abrigos, para atender estas crianças e suas famílias, buscando uma melhor qualidade de vida para essa clientela.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, as crianças pesquisadas apresentaram uma dinâmica familiar fragilizada, por vários fatores, entre eles, sociais, afetivos e econômicos. Isto pode ser comprovado através da negligência, abandono e por transtornos relacionados à dependência de substâncias químicas, a partir dos quais, a família não proporciona condições básicas para o desenvolvimento adequado e satisfatório da criança, sendo estes os fatores de separação entre a família e a criança.

Considerando-se que essas crianças foram expostas a várias situações de vida estressantes: socioeconômicas, negligência, abandono, desproteção, rejeição e dependência química dos pais, e sabendo-se que o afastamento dos pais e o rompimento dos vínculos familiares podem tornar ainda maior o sofrimento dessas crianças, o que se evidenciou em 50% das crianças que revelaram indicadores de desordem emocional é relevante à criação de programas de atendimento multidisciplinar, que atuem em conjunto com os abrigos, buscando a promoção da saúde mental da criança e sua reinserção na família, o que irá representar novas possibilidades na busca pela garantia dos direitos fundamentais da infância.

Um das limitações da presente pesquisa foi o fato de terem sido entrevistadas somente as funcionárias que atendem às crianças que foram separadas da família, refletindo a percepção das mesmas sobre o comportamento da criança. Observa-se a necessidade de desenvolver pesquisas, que incluam também as crianças que sofreram a violência doméstica, o que possibilitará maiores

informações a respeito dessa realidade.

Percebe-se que o tema violência doméstica passou a ser um fenômeno discutido recentemente no Brasil e que há necessidade de mais pesquisas que possam possibilitar maior conhecimento das particularidades vividas pelas crianças e adolescentes nestes contextos familiares, permitindo, assim, a elaboração de programas preventivos e educacionais específicos e adequados a essas realidades, assim como a qualificação de profissionais que atuam com essa clientela. A Psicologia é uma das áreas que pode proporcionar suporte ao indivíduo para enfrentar tais situações críticas, o que sugere a necessidade de se investir na formação de profissionais habilitados a atuar junto à criança e à família em situação de vulnerabilidade.

### REFERÊNCIAS

- ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. *Reconhecendo os diferentes tipos de violência*. Disponível em: <<http://www.abrapia.org.br/>>. (Acessado em 26/02/2001).
- BRASIL. *Lei Federal nº 8069*, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Publicado no “Diário Oficial da União”, em 16/07/90.
- BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- CÓRIA-SABINI, M. A. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- DALLALANA, T. M.; FREITAS, M. V. S. N. E a saúde como vai? Protegendo a vida 98. Ciclo III, **Paraná Mais Saúde**, 1998.
- DELL'AGLIO, D. D. **O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- FERREIRA, A. L.; SCHRAMM, F. R. Implicações éticas da violência doméstica contra crianças para profissionais de saúde. **Revista de Saúde Pública**. 34 (6): 659-65, 2000.
- GRAMINHA, S.S.V. A Escala Comportamental Infantil de Rutter A2: estudos de adaptação e fidedignidade. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.11, n. 3, p. 34-42, 1994.
- GRAMINHA, S.S.V. & COELHO, W.F. Problemas emocionais/comportamentais em crianças que necessitam ou não de atendimento psicológico ou psiquiátrico. In: Reunião Anual de Psicologia, 24. **Programas e Resumos**. Ribeirão Preto, p. 263, 1994
- GRASSANO, S. M; HOLZMANN, M. E. **Multifamílias: construção de redes de afeto**. Curitiba: Integrada, 2002.
- GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 1998.

GUERRA, V. N. A . Violência Doméstica contra crianças e adolescentes e políticas de atendimento: do silêncio ao compromisso. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. II, n. 1, 1993.

KEARNEY, Margaret. The role of teachers in helping children of domestic violence. **Childhood Education**, v.75, n. 5, p. 290-296, 1999.

PEREIRA, A.M.S. (2001). Resiliência, personalidade, *stress* e estratégias de *coping*. In: TAVARES, J. (org.) **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez.

QUILES, M. I. *Neuroses*. São Paulo: Ática, 1986.

ROTONDARO, D. P. Os desafios constantes de uma psicóloga no abrigo. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 22, n. 3, p. 8-13, 2002.

SILVEIRA, S. C.; FALCKE, D. e WAGNER, A. A representação gráfica da família de meninos institucionalizados. **ANAIIS do II Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Rorschach e outros métodos projetivos**. Porto Alegre: Sociedade Bras. de Ros. e outros mét. Proj., 2000.

SZYNDROWSKI, Deanna. The impact of domestic violence on adolescent aggression in the schools. **Preventing School Failure**, v. 44, n, 1, p. 9-14, 1999.

WADSWORTH, Barry J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. 5º ed. São Paulo: Pioneira, 1997.